

GEO **FRONTER**

ISSN: 2447-9195

**ILEGALISMOS URBANOS E A QUESTÃO
METROPOLITANA: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA
AGENDA DE PESQUISA PARA O COMPLEXO DO
SALGUEIRO, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE
JANEIRO**

Urban illegalities and the metropolitan question: reflections based on a research agenda for the Salgueiro Complex,
metropolitan region of Rio de Janeiro

Illegalites urbaines et question metropolitaine : reflexions fondees sur un programme de recherche pour le Complexe
de Salgueiro, region metropolitaine de Rio de Janeiro

Juliana Luquez

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Resumo: As dinâmicas da violência operam territórios, mercados e cidades e têm nas fronteiras entre o legal, o ilegal e o ilícito as condições de desenvolvimento de redes e práticas de ilegalismos que configuram as tramas urbanas em muitos contextos brasileiros. A pesquisa, com ênfase na incidência do fenômeno na Região Metropolitana do Janeiro (RMRJ), propõe discutir como esse conjunto de atores e práticas cotidianas está relacionado às formas contemporâneas de produção do espaço. É uma agenda para consolidar a investigação sobre o poder, os ilegalismos e a propriedade, em escala que pode ser apreendida do lote ao bairro; do conjunto urbano dominado por atividades criminosas ao ordenamento de toda uma aglomeração metropolitana. Aqui estão registradas algumas notas teórico-conceituais e metodológicas das pesquisas em desenvolvimento que mobilizaram as noções de ilegalismos urbanos, gestão dos empreendimentos de controle e acumulação espacial da violência para pensar a produção contemporânea do espaço metropolitano.

Palavras-chave: Ilegalismos Urbanos; Acumulação Espacial da Violência; Produção do Espaço Metropolitano.

Abstract: The dynamics of violence operate within territories, markets, and cities, and the boundaries between the legal, the illegal, and the illicit provide the conditions for the development of networks and practices of illegality that shape urban fabrics in many Brazilian contexts. This research, with an emphasis on the incidence of this phenomenon in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ), proposes to discuss how this set of actors and everyday practices is related to contemporary forms of space production. It is an agenda to consolidate the investigation into power, illegality, and property, on a scale that can be understood from the plot of land to the neighborhood; from the urban area dominated by criminal activities to the ordering of an entire metropolitan agglomeration. Here are recorded some theoretical-conceptual and methodological notes from ongoing research that have mobilized the notions of urban illegality, management of control enterprises, and spatial accumulation of violence to consider the contemporary production of metropolitan space.

Keywords: Urban Illegalities; Spatial Accumulation of Violence; Production of Metropolitan Space.

Resumen: La dinámica de la violencia opera dentro de territorios, mercados y ciudades, y los límites entre lo legal, lo ilegal y lo ilícito proporcionan las condiciones para el desarrollo de redes y prácticas de ilegalidad que configuran los tejidos urbanos en muchos contextos brasileños. Esta investigación, con énfasis en la incidencia de este fenómeno en la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ), propone analizar cómo este conjunto de actores y prácticas cotidianas se relaciona con las formas contemporáneas de producción del espacio. Se trata de una agenda para consolidar la investigación sobre poder, ilegalidad y propiedad, en una escala que puede entenderse desde la parcela de tierra hasta el barrio; desde el área urbana dominada por actividades delictivas hasta la ordenación de toda una aglomeración metropolitana. Aquí se recogen algunas notas teórico-conceptuales y metodológicas de investigaciones en curso que han movilizado las nociones de ilegalidad urbana, gestión de empresas de control y acumulación espacial de violencia para considerar la producción contemporánea del espacio metropolitano.

Palabras clave: Ilegalidades Urbanas; Acumulación Espacial de Violencia; Producción de Espacio Metropolitano.

Introdução

As dinâmicas da violência operam territórios, mercados e cidades e têm nas fronteiras entre o legal, o ilegal e o ilícito as condições de desenvolvimento de redes e práticas de ilegalismos que configuram as tramas urbanas em muitos contextos brasileiros (Telles, 2009). A pesquisa se propõe a compreender como esse conjunto de agentes e práticas cotidianas está relacionado às formas contemporâneas de produção do espaço nas metrópoles. Investiga-se como o poder, os ilegalismos e a propriedade realizam a fronteirização do espaço (Santos, 2024), em escala que pode ser apreendida do lote ao bairro; do conjunto urbano dominado por atividades criminosas à configuração de toda uma aglomeração metropolitana.

Ao debruçarmo-nos sobre as dinâmicas territoriais da violência para ampliar a compreensão da produção contemporânea do espaço elaboramos um quadro conceitual com as noções de ilegalismos urbanos, gestão dos empreendimentos de controle e acumulação espacial

da violência com vista a comunicar como nos apropriamos do arcabouço teórico e, a partir deste, propomos uma leitura do espaço circunscritos em nossa análise. Cunhamos o primeiro termo como sendo um conjunto de práticas, redes e capilaridade de circuitos socioespaciais que operam o poder, os mercados e a propriedade¹. Sobre o segundo termo, gestão dos empreendimentos de controle, este nasce da constatação de que as tecnologias de dominação de territórios urbanos são eminentemente espaciais, ou seja, a legitimidade do poder está na capacidade de gerir os empreendimentos espacialmente dispostos para a realização da vida coletiva. No que se refere ao terceiro termo, acumulação espacial da violência, sugeri-lo como a noção que reúne esforços teóricos e empíricos para identificação e compreensão dos processos acumulativos de diferentes formas de violência que sustentam as gambiarras e as engenharias dos ilegalismos e sedimentam, com ou sem a chancela do Estado, os conteúdos da urbanização e lhe dão forma espacial.

Se as dinâmicas territoriais da violência ganham um sentido muito particular na compreensão da produção do espaço, sobretudo, nas aglomerações metropolitanas brasileiras, aqui tomaremos como referência a Metrópole Rio de Janeiro (RJ), buscando uma análise crítica das dinâmicas urbanas a partir das redes de ilegalismos entrelaçados nas práticas cotidianas que envolvem propriedade, renda e aluguel. No Rio de Janeiro, o Complexo do Salgueiro, conjunto de bairros e favelas de São Gonçalo, coloca em evidência a questão metropolitana e uma ativação do processo de reestruturação do espaço a partir de elementos que caracterizam o quadro urbano: forma periférica da urbanização dependente; controle territorial armado; intervenções e atuações militarizadas do Estado; escalonamento da espoliação urbana, imobiliária e financeira. Diante desse quadro, tem-se a trajetória de uma propriedade urbana (um terreno sob o qual foram erguidas uma casa e uma vila de quitinetes) para auxiliar na compreensão da história do espaço e de suas fases de reestruturação.

Metodologia

A pesquisa se constrói por meio de procedimentos científicos exploratórios, levantando e encaminhando a discussão com base em formulações sobre os ilegalismos urbanos e a questão metropolitana contemporânea. Para tanto, o expediente organiza a pesquisa bibliográfica, identifica áreas metropolitanas sob disputa, controle ou atuação de grupos criminosos armados, tendo como principal marco temporal a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora

¹ Não que os ilegalismos já não possuíssem uma formulação conceitual, mas ao ganhar a adjetivação relacionando-os ao urbano, propusemos explicitar sua dimensão espacial. Telles (2009) já utiliza tal adjetivação.

(UPP) e examina os resultados à luz dos processos de produção e reestruturação do espaço. No que se refere a coleta e análise dos dados, uma bolsista de iniciação científica tem se ocupado da elaboração e atualização da hemeroteca com os arquivos de mídia (sobretudo g1, O fluminense, O globo, Extra, O São Gonçalo, dentre outros) que noticiaram operações policiais, conflitos, domínio e expansão de facções e/ou exploração de mercados que possam colaborar com o entendimento das transformações e do acirramento das questões metropolitanas no contexto fluminense desde 2008 até os dias atuais. Trabalhos de campo vem sendo realizados para ampliar a observação dos fatos noticiados e do conjunto sistematizado pela literatura.

Uma (outra) tríade para pensar a metrópole Rio

O projeto de pesquisa se constituiu como complementação às conclusões de pesquisa de doutorado sobre o processo de reestruturação do espaço metropolitano do Rio de Janeiro (Luquez, 2019). A análise, inicialmente apresentada pela tríade *periferização-espolição-segregação*, defendia São Gonçalo como expressão da complexidade metropolitana no Rio de Janeiro. A sustentação amparou-se em aspectos de uma economia política da urbanização crítica, porém formal. E por formal estamos nos referindo aos aspectos sociais, econômicos e políticos que se organizam a partir de normas e convenções institucionais e modelos de governança de Estado de direito: atividades produtivas e organização dos setores econômicos; programas, planos e projetos de desenvolvimento; planejamento urbano e gestão democrática; atuação de grupos políticos e os interesses públicos e privados; debate público; organização da sociedade civil etc.

A partir dos eventos de 2008 (início UPP), 2010 (ocupação Alemão), 2012 (ampliação UPP), 2014 (ocupação Maré), 2018 (Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro), 2020 (morte de João Pedro por agentes de Estado), 2021 (Chacina no CPX do Salgueiro), evidências de ruptura e indicadores de continuidades no conjunto urbano sugeriram outra dinâmica triádica que produz espaço e o reestrutura: *militarização-pacificação-intervenção*. A continuação da investigação pretende considerar os efeitos da urbanização violenta (Sampaio, 2015; Prieto, 2022), da militarização da questão urbana (Souza, 2008), da milicianização do Estado (Alves, 2020), das políticas de segurança pública (Pereira Leite, 2012; Leite *et al*, 2018), da dominação territorial por grupos armados e das práticas e redes de ilegalismos urbanos na produção do espaço (Telles, 2009; Hirata, Rocha e Santos Junior, 2024).

Sugerimos que o que eclode a partir de 2018 já vinha se constituindo como fenômeno socioespacial desde 2008, quando da implementação das UPPs, propostas pela Secretaria de

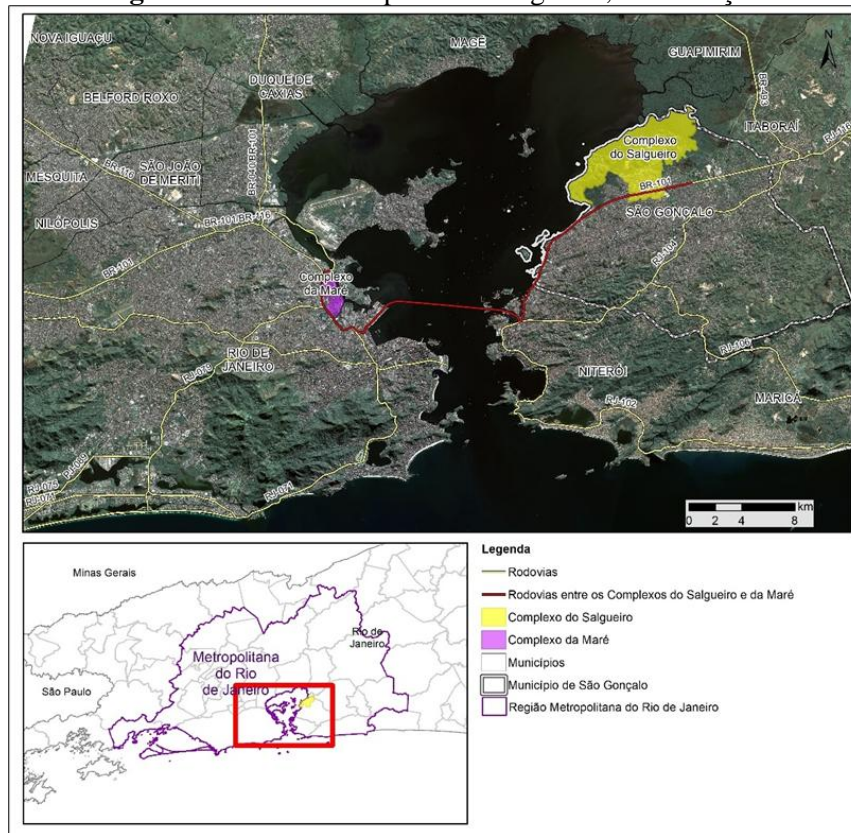
Segurança do Estado do Rio de Janeiro para combater o crime organizado e retomar territórios conflagrados na capital fluminense. A resposta do poder público congregou operação militar, ocupação militar e retomada militarizada dos territórios nos anos seguintes, possível graças aos recursos orçamentários destinados para sua implantação - que foram minguando em sua manutenção - e uma cobertura midiática ganhadora de prêmio internacional. Os demais grupos de poder orquestraram suas estratégias frente ao projeto de pacificação e uma delas foi expandir os seus eixos de atuação, domínio e controle.

A política de segurança encaminhou uma política urbana às avessas, na qual coube aos grupos criminosos o planejamento do conjunto de ações de reorganização dos territórios e garantia do desenvolvimento de atividades nas cidades fluminenses: expandiram as fronteiras urbanas no contexto metropolitano, transformaram a dinâmica imobiliária, conformaram bases de operação dos negócios ilegais, consolidaram complexos territoriais do crime organizado, ampliaram a legitimidade pelo terror (Rodrigues *et al*, 2021), reforçaram empreendimentos de controle, dispuseram de tecnologias ou mecanismos de gestão dos ilegalismos urbanos.

Logo, a reorganização territorial dos grupos criminosos que atuam e concorrem na produção e apropriação do espaço metropolitano fluminense condicionou os ilegalismos urbanos como essência de um dado momento da realização da história urbana. É sobre esse momento essencial que queremos nos debruçar para identificar e analisar como as dinâmicas territoriais da violência dão sentido e conteúdo ao movimento de reestruturação do espaço. A hipótese atualiza-se: São Gonçalo é tanto a expressão da complexidade metropolitana no Rio de Janeiro, como uma referência de reestruturação periférica para pensar a transição metropolitana brasileira na contemporaneidade.

Os argumentos estão sendo construídos e refinados a partir da análise de um conjunto de bairros e favelas em São Gonçalo, o Complexo do Salgueiro (figura 1), uma das maiores áreas dominadas pelo Comando Vermelho (CV) na RMRJ, que reúne formas e conteúdos de importantes fases de reestruturação do espaço periférico no contexto da metropolização fluminense.

Figura 1 - RMRJ: Complexo do Salgueiro, São Gonçalo



Fonte: Autor, 2023

Em interações espontâneas em campo nos foi apresentada uma série de relatos sobre as condições de reprodução social na metrópole que aparecem dissolvidas na esperança da propriedade da terra ou do negócio empreendedor que se torne uma oportunidade de maior renda, e ainda, em práticas, redes e capilaridades dos ilegalismos na trama urbana. Novas indagações se colocam. E quando o imóvel regular passa a ser capturado pelas dinâmicas de dominação e controle de grupos armados ilegais que atuam na conformação de complexos territoriais urbanos/metropolitanos? E quando o trabalho de construir, tanto sua casa própria quanto algum empreendimento rentista, é subsumido em outras lógicas? A discussão aponta para a necessidade de revisar o processo de reestruturação do espaço metropolitano no Rio de Janeiro a partir de elementos como propriedade privada, aluguel e ilegalismos.

A trajetória de uma propriedade urbana na RMRJ

“Acontece que a gente está roubando energia para vender, a gente está roubando água para vender. Não é só pra gente usar, a gente também rouba pra vender. Não matamos, mas não posso nem dizer que não roubamos (...)”. Essas são as palavras de um morador para explicar o

porquê de fazer ‘gato’ na luz e na água, tanto para o seu uso, quanto para abastecer os inquilinos. Esse homem de conversa franca, que chamaremos de Sr. Zé, é casado com D. Helena, nomes fictícios. Nos anos 1970, Sr. Zé adquiriu um terreno em um lote formal na periferia metropolitana.

Ele próprio ergueu no terreno a casa de 48m². Anos mais tarde e com o FGTS de sua esposa, seria construída, nos fundos do terreno, uma vila de quitinetes (totalmente informalizada e sem qualquer reforma estrutural ao longo dos anos). A história desse casal se confunde e se relaciona com a de muitas famílias fixadas em lotes periféricos do Grande Rio. Mas aqui, pretendemos considerar a história da propriedade que Sr. Zé adquiriu e, com o apoio financeiro de D. Helena, ergueu os maiores empreendimentos de suas vidas: a casa própria e as condições de extrair renda de aluguel. Adiantamos a falência de ambos os empreendimentos sobre este terreno.

A casa, construída no nível da rua sem asfalto, hoje, alaga até a altura do rodapé, após as intervenções urbanísticas no bairro, que foram desde a conquista do asfaltamento comendo a base política em governos estadual e municipal até as obras do PAC do governo federal. Os eventos climáticos extremos já constam na lista de preocupações da família que reconhece os alagamentos como um dos componentes de desvalorização do imóvel, mas nada comparado ao impacto da tomada integral do bairro pelo CV. A vila de quitinetes, condição material para extração de renda de aluguel, é agora, nas palavras de D. Helena, “só pra ter aborrecimento”, pois o perfil do inquilino mudou, “a gente alugou pra gente envolvida com a bandidagem”. Todos os homens mencionados no tópico anterior foram os últimos inquilinos dessa vila de quitinetes. Os proprietários do imóvel decidiram não mais ofertar suas unidades habitacionais no mercado dessa periferia que se tornou transitória (Caldeira, 2022).

Para Sr. Zé o maior prejuízo que teve na vida foi a decadência de sua vila de quitinetes, pois seu maior empreendimento não lhe “garante mais retorno”, conclui ele após contar que quando estava trabalhando na sua construção ouviu de um parente que ele “estava com a vida ganha”, pois ter um imóvel para alugar era um investimento seguro, especialmente, “nesse bairro que tinha tudo para crescer, eu acreditei nisso, trabalhei para garantir isso”.

Morar e alugar. Os planos nem tão ambiciosos do casal foram fortemente afetados. A gestão e as tecnologias dos ilegalismos urbanos tem operado entre o crime, o poder e a propriedade da terra nesta periferia metropolitana. Reforçamos a hipótese de que há uma reestruturação periférica em curso e que as transformações na dinâmica metropolitana reforçam continuidades ao mesmo tempo que provocam rupturas. O exemplo brevemente apresentado

tem o propósito de embasar a análise das especificidades da metropolização fluminense, construindo uma fundamentação teórica para a produção do espaço a partir dos conteúdos identificados no recorte espacial. Se há diferentes níveis e fases da reestruturação capitalista, a lacuna que buscamos preencher é a que evidencia o processo de reestruturação como promissor para a compreensão da transição metropolitana contemporânea.

Considerações Finais

Ampliando o entendimento sobre como o controle territorial armado altera a dinâmica imobiliária periférica, a pesquisa pretende colaborar na atualização das características das periferias metropolitanas brasileiras que, na literatura, foram sintetizadas pela formulação *casa própria - loteamento periférico - autoconstrução*. Como esse padrão reforça as mais contemporâneas dinâmicas imobiliárias em territórios dominados por grupos armados ilegais na RMRJ? Com pouca produção imobiliária formal, a informal nunca cessou e agora se diferencia: casas ofertadas para venda e aluguel estão sob interferência ou mediação da atuação de grupos armados ilegais que se destacam como agentes na produção do espaço sob dinâmicas territoriais extremamente violentas que aprofundam a espoliação urbana, imobiliária e financeira de muitas famílias.

Contribuições dos autores (CRediT): Todas as etapas foram elaboradas, desenvolvidas e revisadas pela única autora do artigo. A autora, portanto, organizou a metodologia, a análise, a coleta e a produção de dados, a escrita (primeira versão) e a revisão e edição final.

Agradecimentos: Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq/UFMG) pelo apoio financeiro e institucional.

Uso de inteligência artificial: A autora declara não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial em nenhuma etapa da elaboração do manuscrito ou da realização da pesquisa.

Referências

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CALDEIRA, T. Transitoriness: Emergent Time/Space Formations of Urban collective Life. In: **Grammars of the Urban Ground**. Durham: Duke University Press, 2022. p. 126–149.

HIRATA, Daniel; ROCHA, Lia.; SANTOS JUNIOR, Orlando. Ilegalismos, controle territorial armado e a cidade: reflexões na perspectiva de uma agenda de pesquisa. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 26, n. 61, p. e6168000, 2024.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**: o direito à cidade II. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEITE, Marcia. ROCHA, Lia. FARIAS, Juliana. CARVALHO, Monique. **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

Luquez, Juliana. **Rupturas e continuidades** - a produção do espaço e o processo de reestruturação: um olhar a partir de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PEREIRA LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 374–388, 2012.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Valorização Imobiliária, Movimentos Sociais e Espoliação. **SINOPSES 9**, FAUUSP, junho, 1986, p.203-233.

PRIETO, Gustavo. A espacialidade da violência. In: CARLOS, Ana Fani; RIZEK, Cibele. **Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano e a pandemia**. São Paulo: IEA/USP, 2022.

RODRIGUES, Thiago. PIMENTA, Marília. MIRANDA, Walter. QUIRINO, Julia. Governança híbrida, violência urbana e legitimidade em tempos de pandemia: o caso do Comando Vermelho no Complexo do Salgueiro, Rio de Janeiro, Brasil. **Análise Política**, [S. [eu.], v. 34, n. 102, 2021, p. 123–149.

SAMPAIO, Renata. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, César Simoni. **A urbanização em suas margens**: Estado, dinheiro e crime no (re)sentimento da fronteira. São Paulo: Annablume, 2024.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo centralizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TELLES, Vera. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos**, n. 84, p. 153-173, 2009.

AUTOR

Juliana Luquez

Doutora em Geografia Humana. Docente do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG). Coordena o projeto institucional *Dinâmicas territoriais da violência: a questão metropolitana e os ilegalismos urbanos* vinculado ao PIBIC/CNPq/PRPq/UFMG.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8761-9556>

E-mail: julianaluquez@gmail.com

*Data de submissão: 22 de março de 2026.
Aceito para publicação: 05 de maio de 2026.
Data de publicação: 18 de maio de 2026.*